Processo CEE nº 1756/78

Interessado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Assunto: Encaminha relação das Unidades Escolares do SENAI/ S.P., para fins de reconhecimento.

Relatora: Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia

Parecer CEE nº 1096/79 - CEPSG - Aprovado em 19/09/79

I - RELATÓRIO

1. - HISTÓRICO:

O Diretor do Departamento Regional do SENAI / São Paulo, em ofício datado de 26 de setembro de 1978, encaminha a este Conselho "relação das Unidades Escolares de ensino regular e supletivo, cursos mantidos e respectivas autorizações para o devido reconhecimento, de acordo com o artigo 1º das Disposições Transitórias - Deliberação CEE nº 18/78".

2. - APRECIÇÃO:

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é entidade criada por Lei específica - Decreto-Lei nº 4048/1942.

Está pois enquadrado nas disposições do parágrafo único do artigo 2º da Deliberação CEE nº 18/78 que dispõe sobre "Normas para funcionamento e reconhecimento de cursos, habilitações e de estabelecimentos de ensino municipais e particulares de 1º e 2º graus, regulares e supletivos, de educação infantil e de educação especial, no sistema de ensino do Estado de São Paulo".

O citado parágrafo único tem a seguinte redação:" As instituições municipais ou criadas por Leis específicas para ministrar cursos regulares e supletivos, bem como de educação infantil e de educação especial, encaminharão diretamente ao Conselho Estadual de Educação, para fins de aprovação e autorização de funcionamento e reconhecimento, os regimentos e planos de cursos e outros documentos solicitados".

O artigo 10 da mesma Deliberação, por sua vez, reza o seguinte:"O pedido de reconhecimento será acompanhado de relatório de comissão constituída pela Delegacia de Ensino responsável pela supervisão do estabelecimento, informando o atendimento do disposto no artigo 16 da Lei nº 4024/61 e artigo 5º desta Deliberação".

Pelo disposto neste artigo, a solicitação do SENAI deveria, pois, ser acompanhada do relatório previsto no citado artigo 10.

Entretanto, ao SENAI/S.Paulo, através da Resolução SE

nº 16/79, foi delegada competência para supervisionar suas próprias unidades escolares, que não estão pois jurisdicionadas às Delegacias de Ensino da Secretaria da Educação. A delegação de competência se aplica também ao SENAC/São Paulo e à Prefeitura Municipal da Capital. Não há condições, portanto, de se aplicar o disposto no artigo 10 às unidades mantidas por essas três instituições.

Como deverão proceder então ao solicitar o reconhecimento de suas unidades escolares? Sabemos que tanto o SENAI, como SENAC e a Prefeitura Municipal de São Paulo possuem regulamentos e normas que afetam todas as suas unidades. É o caso por exemplo de normas para admissão e remuneração de pessoal técnico docente e administrativo, nos três casos, o regimento comum para as escolas do mesmo grau, no caso da Prefeitura, a padronização dos ambientes escolares (prédios e equipamentos), nos três casos, a padronização dos serviços administrativos também nos três casos etc.

Dessa forma o atendimento às exigências do artigo 16 da Lei nº 4024/61 e do artigo 5º da Deliberação CEE nº 18/78 pode ser informado de forma global pela instituição com a juntada dos documentos referenciais básicos.

As informações a respeito de cada unidade de ensino deverão proporcionar ao Conselho uma adequada visão dos aspectos mais importantes de funcionamento dessas unidades:

- a - identificação da escola ;
- b - ato de autorização de funcionamento ;
- c - cursos e habilitações profissionais que ministra;
- d - número e horário dos turnos de funcionamento, demonstrando o mínimo de 4 horas de atividades por turno, no caso do ensino regular de 1º grau e mínimo de horas previsto nos planos dos demais cursos;
- e - indicação do ato de aprovação do Regimento Escolar e/ou Planos de Cursos no caso da unidade escolar possuir regimento próprio.

Com essas informações cremos estar este Conselho em condições de pronunciar-se. As demais instituições criadas por Leis específicas às quais não tiver sido delegada competência para supervisão de suas próprias unidades deverão encaminhar os seus pedidos de reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação nos termos do artigo 10 da Deliberação CEE nº 18/78.

II - CONCLUSÃO

Face ao exposto, o SENAI, bem como o SENAC e a Prefeitura Municipal de São Paulo, por lhes ter sido delegada competência mediante Resolução da Secretaria da Educação para supervisionar suas próprias unidades devem encaminhar o pedido de reconhecimento de suas unidades escolares nos termos deste Parecer. Encaminhe-se cópia deste Parecer ao SENAC e à Prefeitura Municipal de São Paulo.

III - DECISÃO DA CÂMARA

AS CÂMARAS DO ENSINO DO PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, em reunião conjunta realizada nesta data, após discussão e votação, adotam como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Geraldo Rapacci Scâbello, Gerson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamasso Garcia, Renato Alberto T. Di Dio e Roberto Moreira.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1979

- a) Cons. JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente
- a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão das Câmaras Conjuntas de Primeiro e Segundo Graus, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de setembro de 1979.

- a) Cons. GERSON MUNHOZ DOS SANTOS
Vice-Presidente em exercício
da Presidência